

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1000750-77.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Guilherme Henrique Moraes**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

**GUILHERME HENRIQUE MORAIS** pediu a condenação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 23 de julho de 2015.

Citada, a ré apresentou defesa, arguindo a ausência de documento essencial e a inexistência da incapacidade funcional alegada.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevida manifestação das partes.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT. A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial assim concluiu: *"foi estabelecido o nexo causal com acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre (objeto da lide atual) em 23.07.2015 e o trauma sofrido CID: 14.8 (outros traumatismos em região não especificada do corpo). Não caracterizado incapacidade para as atividades cotidianas/habituais na presente data pelo trauma sofrido. A perda súbita de consciência é anterior aos fatos conforme dados do exame fls.22" (fl. 123).*

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nada nos autos infirma tal conclusão.

Nesse sentido, é desnecessária a intimação do perito judicial para responder os quesitos suplementares apresentados pelo autor (fls. 131/132), na medida em que o laudo não deixa dúvidas acerca da inexistência de sequela ou lesão oriundas do acidente de trânsito. Conforme expressamente consignado pelo *expert*: *"O exame de imagem registra história clínica de perda súbita da consciência um mês antes do acidente. Não apresenta comprometimento patrimonial físico na presente data decorrente do trauma de crânio conforme o art. 3º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974 – alterado pela Lei 11.945/09 e Lei 11.945 de 04/06/2009 – D.O.U. 05/06/09"* (fl. 122).

Destaca-se, ainda, a resposta apresentada pelo perito ao quesito formulado pela ré: *"Não há lesão decorrente do trauma sofrido objeto da lide. O periciado vítima de acidente de trânsito recebeu atendimento médico conforme ficha de prontuário médico, sem registros de internação. Não apresenta invalidez."* (fls. 123/124).

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da ré fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de julho de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**